

Licenciamento Ambiental nas Indústrias Químicas de Teresina, Piauí: Uma análise de sua Efetividade.

Carla Patrícia Viana Nobre (PG), José Machado Moita Neto (PQ). E-mail: jmoita@uol.com.br

Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí, 64049-550 Teresina – PI.

Palavras Chave: Licenciamento ambiental, indústria química, gestão ambiental.

Introdução

A utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental foi estabelecido pela Política Nacional do Meio Ambiente, instituída através da Lei Federal nº. 6938 de 31 de agosto de 1981 e regulamentado pela Resolução CONAMA nº. 237 de 1997. Tendo como principal objetivo a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação do meio ambiente. O crescimento industrial traz consigo inúmeras vantagens econômicas, porém, acarreta uma série de impactos adversos ao meio ambiente. A indústria química, na década de 90 era vista como uma das mais nocivas ao meio ambiente, com isso empenhou-se no processo de redefinição de sua imagem perante a comunidade, representado no Brasil pelo programa Atuação Responsável, adotado pela Associação Brasileira de Química. (ABIQUM), com a missão de garantir a sustentabilidade. O objetivo deste trabalho foi analisar o Licenciamento Ambiental nas indústrias químicas do município de Teresina. Avaliar sua efetividade e se o mesmo pode ser considerado um instrumento de prevenção e gestão ambiental.

Material e Métodos

Teresina localiza-se no estado do Piauí e meio norte do nordeste brasileiro. Em Teresina, a Secretaria do Meio Ambiente Municipal, tem como responsáveis pelo Licenciamento Ambiental as Superintendências de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDU's). Neste trabalho foram realizadas consultas aos arquivos dos órgãos ambientais competentes, referentes ao processo de licenciamento ambiental. Complementarmente, houve a aplicação de questionários e entrevistas nas indústrias químicas licenciadas.

Resultados e Discussão

Pôde-se observar um amplo desconhecimento de pontos levantados no questionário, tais como o de Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e Gestão Ambiental. Constatou-se no processo de Licenciamento ambiental destas indústrias: A inexistência do EIA/RIMA; a falta de publicação de requerimento e recebimento da licença em jornais; e requerimento

de renovação de licença de 15 a 45 dias antes da validade. Demonstrando assim o não atendimento à legislação pertinente. Em parte das indústrias foram apurados eventos, tais como lançamento de efluentes em sumidouro, carência de procedimentos ambientais, ausência de coleta seletiva e inexistência de inventário de resíduos.

Acredita-se que os motivos para as deficiências no processo de Licenciamento são: a falta de conhecimento técnico e das legislações pertinentes; carência de profissionais qualificados nas indústrias e nos órgãos ambientais municipais; e a falta de fiscalização e cobrança por parte do órgão ambiental competente, principalmente no pós licenciamento.

Conclusões

Constatou-se que a legislação ambiental não está sendo seguida de forma efetiva, como é o caso das legislações basiladoras do Licenciamento Ambiental. Embora haja ações mitigadoras por parte de algumas indústrias, existem muitas possibilidades de melhorias nas medidas de prevenção, para isso estas devem ser resultado de uma fiscalização assídua e eficaz por parte dos órgãos ambientais, visando à adequação ambiental dos empreendimentos.

Os órgãos ambientais municipais estudados carecem de um quadro técnico, qualificado e eficiente para a demanda. Finalizando, o programa Atuação Responsável não chegou ao Piauí e o Licenciamento Ambiental não está sendo utilizado como instrumento de proteção da sociedade e gerações futuras.

GODOY, A. V. de. A eficácia do licenciamento ambiental com um instrumento público de gestão do meio ambiente. Brasília: OAB Editora, 2005, 80p.

RELATÓRIO DE ATUAÇÃO RESPONSÁVEL. São Paulo: Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM, 2006.

TERESINA. Prefeitura Municipal. Disponível em: <http://www.teresina.pi.gov.br:8080/semdec/cidade_geografia.asp>. Acesso em: 02 de Fevereiro de 2009.

TRENNEPOHL, Curt; TRENNEPOHL, Terence. Licenciamento ambiental. Niterói: Impetus, 2007. 265 p.